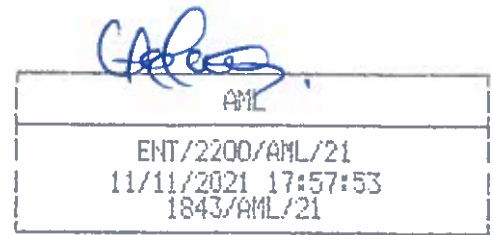


Recomendação nº 003/03 (PEP)



Recomendação

Defender os Direitos dos trabalhadores do Município

No passado dia 12 de Novembro os trabalhadores da Administração Pública Central, Regional e Local realizaram uma grande acção de luta a nível nacional, demonstrada pela adesão registada à greve convocada pela Frente Comum de Sindicatos – CGTP-IN, prosseguindo a exigência de resposta às suas reivindicações junto do Governo.

A política de baixos salários na administração pública, que o Governo, ainda em funções, persiste em manter, tem de ser revertida.

A proposta de um aumento salarial na ordem dos 0,9% para 2022 não passa de uma actualização salarial mínima, não se aproximando, nem de perto, da diminuição do poder de compra sentida de forma acentuada nestes últimos 12 anos.

É urgente, e de direito, responder às necessidades de valorização dos trabalhadores e dos Serviços Públicos, nomeadamente devolver aos trabalhadores o poder de compra que lhes tem sido continuamente retirado ao longo dos anos, medidas que passam pelo aumento geral dos salários e do salário mínimo nacional.

No Município de Lisboa, são várias as reivindicações dos seus trabalhadores:

- Revisão e melhoria das suas carreiras profissionais;
- Alargar o âmbito de atribuição do suplemento de insalubridade e penosidade existente a mais carreiras e sectores de actividade, actualizando-o nos casos em que o mesmo esteja desactualizado e corrigindo disparidades existentes entre trabalhadores da mesma carreira;
- Identificação e regulamentação das profissões de desgaste rápido;
- Investimento na Medicina do Trabalho (em meios humanos e técnicos garantindo verdadeiras condições de saúde e segurança nos diversos locais de trabalho existentes) de forma a melhorar e aumentar a sua capacidade de identificação e tratamento bem como a recuperação e integração dos trabalhadores acidentados nos seus respectivos serviços de origem;
- Contratação de trabalhadores para dotar os diversos serviços do município dos meios humanos para o seu bom funcionamento;
- Integração no quadro do município de Lisboa de todos os trabalhadores a recibos-verdes e sob outras formas de vinculação precária;
- Melhoria das condições de trabalho, especialmente no campo do investimento em obras de recuperação e respectiva manutenção do edificado público onde existem serviços municipais;
- Revogação do SIADAP.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL
L I S B O A

Grupo Municipal do PCP

- Maior investimento na formação profissional dos trabalhadores do município garantindo formação contínua no âmbito das suas competências/perfil profissional.

O Grupo Municipal do PCP apresenta para deliberação da Assembleia Municipal de Lisboa, na sua Sessão Extraordinária de 23 de Novembro de 2021, as seguintes recomendações a dirigir à Câmara Municipal de Lisboa:

1. Que dê prioridade a uma gestão de recursos humanos orientada para a valorização e a dignificação dos trabalhadores do Município de Lisboa;
2. Que seja rigorosa na execução dos compromissos assumidos com as organizações representativas dos trabalhadores do Município de Lisboa;
3. Que invista de uma forma clara e efectiva na melhoria das condições de trabalho no Município de Lisboa;
4. Que informe a Assembleia Municipal de Lisboa sobre as medidas concretas que prevê tomar para a resolução dos problemas apresentados pelos trabalhadores e respectivo calendário de execução.

A presente proposta, uma vez aprovada, deverá ser remetida para o STAL e o STML

A Representante do Grupo Municipal do PCP

- Natacha Amaro -